

# DOSSIÊ “GLOBALIZAÇÃO”

*Apresentação*

*Giovanni Alves e  
Francisco Luiz Corsi*

A chamada “globalização” da sociedade capitalista, até pouco tempo atrás, era vista com enorme otimismo. A nova fase do capitalismo mundial abriria múltiplas perspectivas de desenvolvimento econômico, social, cultural e político para a humanidade. Estaríamos no umbral de uma nova era da história da sociedade moderna.

Muitos enxergavam a globalização de maneira exageradamente simplificada. Concebiam-na como a abertura das fronteiras nacionais, o que terminaria na formação de uma sociedade mundial cada vez mais integrada e regulada pelo mercado. A queda das barreiras comerciais, a livre circulação de capitais, a nova onda de inovações tecnológicas, a rapidez da circulação das informações etc., marcariam o início de uma nova etapa civilizatória, que levaria o capitalismo para um mundo sem fronteiras, auto-regulado pelos mercados, onde os Estados nacionais teriam seu papel diminuído e tenderiam, quando muito, a transformarem-se em meros condutores da administração de problemas e interesses locais. As políticas neoliberais, que enfatizavam a adoção da estabilidade monetária e cambial, a redução do papel do Estado na economia e a liberdade para a circulação de mercadorias e capital, seriam as mais adequadas para alcançarmos esse novo estágio da economia mundial. Esse estágio abarcaria todas as regiões do mundo e garantiria a prosperidade geral. As inovações tecnológicas e organizativas do processo de produção, sob a égide da III Revolução Tecnológica e do toyotismo, libertariam os trabalhadores do trabalho alienado, recuperando sua criatividade, imaginação e iniciativa, abrindo espaço para a auto-realização e para o ócio. Esse processo, inexorável, e representaria o ápice da história da humanidade. Restaria aos países adequarem-se às transfor-

mações em curso e conformarem-se aos altos custos sociais, inevitáveis, da adaptação das economias à nova realidade mundial.

Essa visão otimista da globalização, *ideológica*, dissolveu-se no ar. Na última década, a situação mundial parece bem distante desse quadro. Mas não se podem desprezar as mudanças que ocorreram nesse período. Elas foram, sem dúvida, profundas e contraditórias. Ao mesmo tempo em que muitos processos se “globalizaram”, outros reforçaram sua dimensão local: veja-se, por exemplo, o ressurgimento das tradições regionais e dos nacionalismos.

A esperada prosperidade e integração mundial estão longe de acontecer. Observa-se, hoje, uma profunda desigualdade entre as várias regiões do planeta, sendo que muitas delas encontram-se à margem desses processos de globalização. A miséria, o desemprego, a precari-zação dos estatutos salariais e a falta de perspectiva abarcam grandes parcelas da população mundial, e não só na denominada periferia do sistema capitalista, mas também nos países desenvolvidos, embora em menores proporções. Os problemas ecológicos também se avolumam e denotam os limites do capital em sua etapa globalizada. A atual fase do capitalismo mundial caracteriza-se pelo baixo crescimento econômico e pela instabilidade permanente que atinge o sistema mundial, não apenas em sua dimensão econômico-financeira, mas em seus aspectos geopolítico-militar.

Os limites e as inconsistências do conceito “globalização” nos levam, baseados em François Chesnais (1996), a designar esse conjunto de transformações como correspondendo, num sentido mais preciso, à etapa da mundialização do

capital. Trata-se de uma *nova fase do processo de internacionalização do capital sob a hegemonia do capital financeiro* e que tende a abarcar as regiões do mundo que apresentam abundância de recursos, desenvolvimento prévio, amplos mercados, políticas voltadas ao favorecimento de investidores externos etc., enfim, todas as facilidades para a rentabilidade da massa de capital-dinheiro. As demais regiões do globo encontram-se fora desse processo ou apenas marginalmente dele participam. O que significa que *a globalização como mundialização do capital* incorpora, em si, as próprias características da lógica do capital, isto é, ela é excludente, desigual e seletiva.

O baixo dinamismo econômico do atual período deve-se, sobretudo, à superprodução crônica que se estende desde a crise de meados da década de 1970 e que abriu espaço para o predomínio do capital financeiro. A lógica desse capital passou a dominar os investimentos aplicados na produção, levando a um entrelaçamento das várias formas de capital. Do ponto de vista da base material, esse parece ser o aspecto chave que caracteriza essa nova fase do capitalismo.

Contudo, a mundialização do capital não se restringe a esse aspecto único. A mundialização funda-se em processos concomitantes e intimamente interligados, quais sejam: (i) a formação de oligopólios transnacionais em importantes setores; (ii) a formação de mercados de capitais, de câmbio e de títulos de caráter global; (iii) a formação de um mercado mundial cada vez mais integrado; e (iv) a instituição de uma divisão internacional do trabalho baseada na relativa desconcentração industrial. Esses processos são acompanhados por uma onda de inovações tecnológicas, concentrada na biotecnologia e na informática. É o que se convencionou chamar de a III Revolução Tecnológica e que atinge os mais diversos aspectos da vida social.

Esses processos são, de um lado, fruto da antiga tendência à internacionalização do capitalismo e, de outro, da crise estrutural do capital aberta no final dos anos 1960, marcada por intensa luta de classes. A resposta que o capital deu ao avanço do socialismo, à crítica da cultura burguesa, à redução das taxas de lucro, à crise da hegemonia norte-americana e ao avanço das forças de esquerda no centro e na periferia do sistema geraram as condições para um complexo de reestruturações em várias dimensões — produtiva,

econômico-financeira, política e, inclusive, cultural —, que desembocaram na mundialização do capital.

O *dossiê* que apresentamos pretende resgatar alguns aspectos da “globalização” como mundialização do capital. Serão abordadas transformações na esfera da economia política e da produção capitalista no Brasil e na América Latina.

O artigo de Francisco Corsi procura abordar os impasses do desenvolvimento na atual fase da chamada globalização do capital. Realiza, nesse momento de desenvolvimento da globalização e de sua crise sistêmica, uma reflexão sobre os impasses do desenvolvimento, principalmente em países capitalistas subalternos à nova ordem do capital e que buscaram, nos últimos anos, através de políticas neoliberais, inserir-se de forma dinâmica na mundialização do capital. O trabalho baseia-se fundamentalmente no estudo da extensa bibliografia publicada recentemente. Em que medida a retomada do desenvolvimento para diversas áreas estagnadas da periferia coloca-se como uma possibilidade palpável? O que significa pensar o problema do desenvolvimento nas condições da nova etapa do capitalismo denominada “globalização”? Essas são questões tanto mais estratégicas quando se considera que o momento atual encontra-se sob a hegemonia do capital rentista-parasitário, que está muito pouco preocupado com investimentos produtivos. O artigo de Corsi pretende mostrar que a estagnação econômica vivida por inúmeros países não desenvolvidos decorre, em parte, de uma crise social e econômica aberta na década de 1970 e que se estende até os dias de hoje, apesar das tentativas de reestruturação da sociedade capitalista. As estratégias e as políticas de cunho neoliberal também teriam contribuído sobremaneira para essa situação, à medida que reforçaram as amarras financeiras que sufocaram boa parte das economias periféricas. Sobrepondo-se a esses problemas, esses países também se defrontariam com os limites ecológicos do capitalismo. O artigo sugere que a retomada do desenvolvimento em um novo patamar, que requer crescimento econômico, justiça social e preservação da natureza, implicaria, na verdade, em ruptura com o capitalismo.

O artigo de Giovanni Alves apresenta um panorama dos principais contornos do mundo do trabalho no Brasil nos anos 1990 (o que ele deno-

mina de “década neoliberal”). Nesse período, os governos Collor de Melo, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso adotaram uma política de inserção internacional que contribuíram decisivamente para o desenvolvimento de um novo complexo de reestruturação produtiva, um processo de inovações tecnológica e organizacional que atingiu os mais diversos setores da indústria, comércio e serviços no Brasil. Foi na “década da globalização”, com sua ideologia da abertura comercial e da desregulação da economia, que surgiu um novo (e *precário*) mundo do trabalho. Instaurou-se uma crise do sindicalismo no Brasil, considerada expressão contingente da fragmentação e da precarização da classe trabalhadora organizada. O autor conclui que hoje, mais do que nunca, o maior desafio do sindicalismo na virada para o século XXI é romper com o viés burocrático-corporativo, organizar e mobilizar um contingente massivo de jovens operários e operárias, empregados e empregadas e, inclusive, trabalhadores por conta própria precarizados ou explorados pelo capital.

É possível apreender também os desafios da globalização em análises mais circunscritas, como o estudo de Ana Lúcia Guedes e Alexandre Faria sobre o investimento estrangeiro direto na indústria automotiva brasileira. Este artigo enfoca questões de governança e sustentabilidade ambiental relacionados a inversões feitas na indústria automotiva na Região Metropolitana de Curitiba. A investigação segue uma perspectiva particular sobre o fenômeno da globalização que contempla tanto mecanismos e estruturas globais como também a esfera decisória dos governos locais. Os autores concluem que as análises sobre a “globalização” devem incluir tanto aspectos sociais, quanto políticos, bem como seguir, em investigações envolvendo investimentos, estratégias e operações de empresas transnacionais no Brasil, abordagens interdisciplinares com a área de economia política internacional.

Finalmente, o estudo de Carlos A. de Mattos faz uma análise das repercussões da globalização no Chile, procurando identificar e caracterizar a “outra cidade” resultante das transformações que

afetaram a área metropolitana de Santiago em função do surgimento, a partir de meados de 1970, de uma nova estratégia macroeconômica, onde tanto a crescente liberalização econômica, como a ampla abertura externa, favoreceram a progressiva globalização da economia nacional. Cabe salientar que o Chile de Pinochet, na década de 1970, foi o primeiro experimento na América Latina de políticas de mercado que, mais tarde, sob a mundialização do capital, iriam se tornar predominantes sob a denominação de “neoliberalismo”. Mattos observa que, nesse contexto, junto a importantes modificações na base econômica metropolitana, começou a processar-se na grande Santiago uma radical reestruturação de seu mercado de trabalho e uma maior dispersão territorial das atividades produtivas e da população. Estamos diante de um processo social que iria caracterizar a maioria das sociedades capitalistas latino-americanas sob governos neoliberais na década passada. Mattos observa, nesse novo cenário, como as transformações que afetaram a cidade emergente incidiram na afirmação, de um lado, de uma morfologia social onde persiste a polarização social e a segregação residencial e, de outro, de uma morfologia territorial onde impera a periurbanização e a policentralidade, transformações essas que correspondem às tendências que atualmente se verificam nas grandes áreas metropolitanas tanto dos países centrais como das economias emergentes.

Poderíamos dizer que o *dossiê* que apresentamos é uma tentativa de fornecer novos (e ainda preliminares) elementos sobre as *implicações concretas* de um processo sócio-histórico de amplo espectro que atinge as estruturas societárias de vários países capitalistas desenvolvidos e em desenvolvimento. Na verdade, o conjunto de ensaios delineiam os principais desafios da globalização ainda em andamento e que, numa situação de situação de crise sistêmica, tende a colocar novas provocações para a razão científica. Antes de mais nada, exige uma postura interdisciplinar e fundamentalmente crítica, capaz de apreender, através de uma análise concreta, as múltiplas contradições que perpassam o complexo social.

Giovanni Alves ([giovanni.alves@uol.com.br](mailto:giovanni.alves@uol.com.br)) é Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e Professor do Departamento de Sociologia e Antropologia da Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Marília.

Francisco Luiz Corsi (flcorsi@uol.com.br) é Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e Professor do Departamento de Ciências Políticas e Econômicas da Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Marília.

### REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

**CHESNAIS, F.** 1996. *A mundialização do capital*.  
São Paulo : Xamã.